



Este primeiro número de “Perspectivas em Políticas Públicas” segue uma seqüência lógica. A parte introdutória é composta de dois textos : *Editorial*, que evidencia a linha editorial do periódico; *Gênese da Revista*, que representa a intenção do Comitê Editorial de socializar a trajetória de idealização da construção deste periódico, com informações dos seus objetivos específicos, objeto e foco. Depois, na segunda parte do periódico, são destacados: *Artigos*, *Ponto de Vista* e a *Nominativa do Conselho Editorial*. A seção *Artigos* compõe-se de oito textos, que foram dispostos respeitando os nomes dos autores em ordem alfabética.

Emílio Tenti Fanfani, em seu artigo *Sentidos de la evaluación y opiniones de los docentes*, descreve opiniões de docentes da América Latina sobre a avaliação. Trata do momento em que o docente deixa de ser somente sujeito ativo da avaliação e passa a objeto da mesma. Fala também de sua atitude em relação à avaliação como uma dimensão constitutiva do processo de ensino e aprendizagem, e ainda de funcionar como ferramenta de supervisão, controle e valorização dos trabalhadores da educação.

19

Esteban Tapella, em *¿Desarrollo o conservación del medioambiente? Aprendizajes y desafíos futuros a partir de una experiencia en los Andes, Argentina*, discute sobre maneiras de se alcançar o equilíbrio entre desenvolvimento sustentável e conservação e, ainda, sobre a necessidade de uma dimensão mais humana da conservação. Destaca a necessidade de se romper com paradigmas relacionados à gestão de áreas protegidas, bem como à idéia de que o crescimento econômico por si só erradica a pobreza.

José Francisco Bernardes e Pedro Antônio de Melo nos apresentam o texto *Taxonomia para aplicação da gestão do conhecimento na administração pública e privada* onde discutem os conceitos de aplicação de taxionomias para a análise da gestão do conhecimento na

administração pública e privada. Os autores buscam entender como as sinergias entre essas técnicas ou práticas de continuidade do conhecimento podem estimular uma cadeia de agregação de valor em conhecimento e influenciar, positivamente, a promoção da capacidade de inovar e a competitividade nas instituições públicas e privadas na nova sociedade do conhecimento.

Marcelo Mina Dias, no artigo intitulado *Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais:limites e possibilidades*, traça uma linha de tempo em relação às políticas públicas de extensão rural; evidencia a necessidade de se repensar a função da extensão rural nos processos de desenvolvimento, através de um modelo participativo com envolvimento das respectivas entidades representativas; para isso apresenta questionamentos e conclusões extraídas do PENATER_Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Márcia Soares de Alvarenga, em seu artigo *Movimentos sociais e poder local: limites e possibilidades dos Conselhos Participativos nas lutas pelo direito à educação*, interroga em que medida o paradigma da democracia

20 representativa, seguido pelos espaços participativos institucionalizados, em particular os Conselhos Municipais de Educação, têm criado novas condições à construção e concretização de políticas públicas educacionais. Para tanto, analisa alguns limites e desafios que afetam a dinâmica da participação institucionalizada, os conflitos e os sentidos em disputa na implementação das políticas educacionais que assegurem o direito à educação das classes populares,tendo como campo empírico de suas investigações um município localizado no leste metropolitano do Rio de Janeiro.

No artigo *Políticas públicas e psicologia : Uma nova relação sob o paradigma democrático*, Maria Coeli Simões Pires reflete sobre a responsabilidade do psicólogo nos arranjos das políticas públicas de recortes liberal e intervencionista, para, ao final, projetar a qualificação de sua presença em todo o ciclo das políticas públicas no Estado Democrático de Direito, na perspectiva de construção de consensos e de novas práticas reflexivas e autônomas, desafiadas por múltiplos dilemas, sob a égide de uma racionalidade discursiva e procedural.

Riccardo Polasco em *Las intervenciones de emergencia con Enfoque de Desarrollo: el vínculo entre la emergência, la rehabilitación y el desarrollo(VARD)*, relata algumas situações de cooperação internacional para intervenções de emergência, refletindo sobre a necessidade de se fortalecer as capacidades endógenas dos grupos sociais atendidos, com a promoção da participação local no desenho e na execução das intervenções, e tendo como referência a análise prévia das suas condições sócio-econômicas e político-culturais.

Rutila Maria Soares Gazzinelli Cruz e Maria Amarante Pastor Baracho, no texto *Recursos humanos para o Estado do futuro ou um futuro para os recursos humanos do Estado?*, consideram a gestão dos recursos humanos para a administração pública como uma dimensão estratégica da política pública. E, para instigar esta reflexão, partem de três indagações provocativas acerca da política de formação de gestores públicos para o Estado do futuro: recursos humanos para o Estado do futuro, ou um futuro para os recursos humanos do Estado? O que se espera de uma burocracia num contexto de mudanças velozes? Os recursos humanos públicos são uma estratégia para possibilitar mudanças?21

Dois textos compõem a seção *Ponto de Vista*. O primeiro deles é *Reforma do Estado em nova perspectiva _ Lições da experiência brasileira*, no qual Frederico Lustosa da Costa defende a necessidade de se conduzir uma reforma com referência à análise estratégica, à "cartografia" das condições econômicas, sociais, políticas e culturais do país, bem como com a escuta das pessoas e o "concerto" de decisões coletivas. O outro texto é uma entrevista com a Auditora Geral do Estado (Minas Gerais), Dra. Maria Celeste Moraes Guimarães, sobre o novo papel e a reestruturação da AUGE (Auditoria Geral do Estado de Minas Gerais), no bojo de um conjunto de medidas de natureza legal e administrativa para modernizar e dar eficiência ao serviço público mineiro.

Com a apresentação destes trabalhos, acredita-se ter ensejado aos leitores a oportunidade para uma consistente reflexão sobre políticas públicas e estar colaborando para a disseminação de informações atuais sobre esse tema, foco central deste periódico, bem como para a democratização dos conhecimentos adquiridos ou aprimorados pelos

autores, cujos trabalhos compõem esta publicação.

Fecham esta edição dois textos : *Nominativa do Conselho Editorial* com informações sintéticas sobre as qualificações profissionais do grupo de *consultores ad hoc*, internacionais e nacionais, que prestigiam a FaPP/CBH/UEMG com um trabalho de análise técnica e científica dos artigos encaminhados para publicação em **Perspectivas em Políticas Públicas**. Finalmente, é apresentado o "Guia para Colaboradores", com as informações para a publicação de textos neste periódico.

Este primer número de "Perspectivas en Políticas Públicas" sigue una secuencia lógica. En la parte introductoria se compone de dos textos: *Editorial*, que evidencia la dirección editorial del periódico; *Génesis de lo Periódico*, que representa la intención del Comité Editorial de socializar el recorrido de idealización y construcción de este periódico, con informaciones de los objetivos específicos, el objeto y su foco. Después, en la segunda parte del periódico son destacados: *Artículos*, *Punto de Vista* y *Calificación del Consejo Editorial*. La sección *Artículos* se compone de ocho textos dispuestos según el orden cronológico de los nombres de los autores.

22

Emilio Tenti Fanfani, en su artículo *Sentidos de la Evaluación y Opiniones de los Docentes*, describe opiniones de docentes de América Latina cuanto a la evaluación. Trata sobre el momento en que el docente deja de ser solamente sujeto activo de la evaluación y pasa a objeto de la misma. Habla también de su actitud en relación a la evaluación como una dimensión constitutiva del proceso de enseñanza y aprendizaje, al demás de funcionar como dispositivo de supervisión, control y valoración de los trabajadores de la educación.

Esteban Tapella, en *¿Desarrollo o conservación del medioambiente? Aprendizajes y desafíos futuros a partir de una experiencia en los Andes, Argentina*, aborda la discusión sobre como alcanzar el equilibrio entre desarrollo sustentable y conservación, más allá la necesidad de una dimensión más humana de la conservación. Destaca la necesidad de romper paradigmas en cuanto a la gestión de las áreas protegidas, así

cuanto a la idea de que el crecimiento económico por sí solo erradica la pobreza.

José Francisco Bernardes y Pedro Antônio de Melo nos presentan el texto *Taxonomia para aplicacão da gestão do conhecimento na Administração pública e privada*, en donde discuten los conceptos de aplicación de taxonomías para el análisis de la gestión del conocimiento en la administración pública y privada. Los autores buscan entender como las sinergias entre esas técnicas o prácticas de continuidad del conocimiento pueden estimular una cadena de agregación de valor en conocimiento e influenciar, de forma positiva, la promoción de la capacidad de innovar y la competitividad en las instituciones públicas y privadas en la nueva sociedad del conocimiento.

Marcelo Miná Dias, en artículo titulado *Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades*, traza una línea de tiempo en relación a las políticas públicas de extensión rural, evidencia la necesidad de repensarse la función de la extensión rural en los procesos de desarrollo a través de un modelo participativo con el envolvimiento de las respectivas entidades representativas; para eso presenta cuestionamientos y conclusiones extraídas del PENATER - Política Nacional de Asistencia Técnica y Extensión Rural.

23

Marcia Soares de Alvarenga, en su artículo *Movimentos sociais e poder local: limites e possibilidades dos Conselhos Participativos nas Lutas pelo direito a educação*, interroga en qué medida el paradigma de la democracia representativa seguido por los espacios participativos institucionalizados, en particular los Consejos Municipales de Educación, ha producido nuevas condiciones a la construcción y concretización de políticas públicas educacionales. Con ese intento, analiza algunos límites y desafíos que afectan la dinámica de la participación institucionalizada, los conflictos y los sentidos en disputa en la implementación de las políticas educacionales que aseguren el derecho a la educación de las clases populares, usando como campo empírico de sus investigaciones un municipio en el este metropolitano del Rio de Janeiro.

En el artículo *Políticas Públicas e Psicología : Uma Nova Relação sob o*

paradigma democrático, Maria Coeli Simões Pires reflexiona sobre la responsabilidad del psicólogo en los ordenamientos de las políticas públicas de recortes liberal e intervencionista, para, al final, proyectar la calificación de su presencia en todo el ciclo de las políticas públicas en el estado democrático de derecho, en la perspectiva de construcción de consensos y de nuevas prácticas reflexivas y autónomas, desafiadas por múltiples dilemas, bajo la égida de una racionalidad discursiva y de procedimiento.

Ricardo Polasco en *Las intervenciones con enfoque de desarrollo: el Vínculo entre la emergencia, la rehabilitación y el desarrollo (VARD)*, relata algunas situaciones de cooperación internacional para intervenciones de emergencia, con reflexión sobre la necesidad de fortalecer las capacidades endógenas de los grupos sociales atendidos, con la promoción de la participación local en el diseño y la ejecución de las intervenciones, usando como referencia el análisis previo de sus condiciones socioeconómicas, políticas y culturales.

24

Rutila Maria Soares Gazzinelli Cruz y Maria Amarante Pastor Baracho, en el texto *Recursos Humanos para o Estado do futuro ou um futuro para os Recursos Humanos do Estado?*, consideran la gestión de los recursos humanos para la administración pública como una dimensión estratégica de la política pública. A fin de instigar esa reflexión, parten de tres indagaciones provocativas acerca de la política de formación de gestores públicos para el Estado del futuro: ¿Recursos humanos para el Estado del futuro, o un futuro para los recursos humanos del Estado? ¿Qué se puede esperar de una burocracia en un contexto de transformaciones veloces? ¿Los recursos humanos son una estrategia que posibilita transformaciones?

Dos textos componen la sección *Punto de Vista*. El primer de ellos es *Reforma do Estado en novas perspectivas _ Lições da experiência brasileira*, en que Frederico Lustosa da Costa defiende la necesidad de considerar una reforma con referencia al análisis estratégico, a la “cartografía” de las condiciones económicas, sociales, políticas y culturales del país, así como con la escucha de las personas y el “concierto” de decisiones colectivas. El otro texto es una entrevista con la Auditora General del Estado (de Minas Gerais), Dra. Maria Celeste Morais Guimarães, acerca del nuevo papel y la

reestructuración de la AUGE (Auditoría General del Estado de Minas Gerais) en el interior de un conjunto de medidas de naturaleza legal y administrativa para modernizar y posibilitar más eficiencia al servicio público minero.

Con la presentación de estos trabajos, se cree tener proporcionado a los lectores la oportunidad para una consistente reflexión sobre políticas públicas y estar colaborando para la diseminación de informaciones actuales sobre ese tema, foco central de este periódico, así como para la democratización de los conocimientos, adquiridos o perfeccionados a través de los autores, cuyos trabajos componen esta publicación.

Cierran esta edición, dos textos: *Calificación del Consejo Editorial*, con informaciones sintéticas sobre las calificaciones profesionales del grupo de consultores *ad hoc*, internacionales y brasileños, que prestigian a la FaPP/CBH/UEMG con un trabajo de análisis técnico y científico de los artículos enviados para publicación en “Perspectivas en Políticas Públicas”. Por fin, es presentado el *Guía para los colaboradores*, con las informaciones para la publicación de textos en este periódico.